Seção IV Da Câmara Técnica

Art. 11. A Câmara Técnica compete:

I - quanto às demandas da Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA:

- a) propor ações para a execução de atividades com vistas à gestão sustentável da zona costeira, integrando-as entre os entes federativos;
 - b) recepcionar, analisar e encaminhar as demandas da Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA;
 - c) disponibilizar dados e informações referentes às áreas de interesse do CT-GERCO/PA, quando possível, que tenham sido geradas e/ou estejam sob a guarda de cada um dos órgãos e instituições;
 - d) apoiar a organização das oficinas de capacitação no âmbito do Gerenciamento Costeiro;
 - e) propor e analisar estudos, pesquisas e sistematização de dados que subsidiem a formulação, a execução e o acompanhamento das políticas estadual e municipais da zona costeira;
 - f) discutir e aprovar as atas das reuniões;
 - g) contribuir para o desenvolvimento e implementação de instrumentos de gestão e ordenamento da zona costeira; e
 - h) elaborar pareceres e relatórios técnicos acerca das demandas da Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA;
- II - Quanto às demandas da Coordenação Estadual do Projeto Orla:
- a) participar da seleção dos municípios a serem inseridos no Projeto Orla, considerando o guia de implementação do Projeto;
 - b) disponibilizar dados e informações necessários à elaboração de um dossiê sobre as áreas de interesse do Projeto, que tenham sido gerados e/ou estejam sob a guarda de cada uma das instituições;
 - c) analisar, em parceria com a Coordenação Estadual do Projeto Orla, a versão preliminar dos PGI's dos municípios;
 - d) subsidiar a implementação dos PGI's, viabilizando os meios potenciais e disponíveis em sua esfera de ação para apoiar a execução das ações propostas;
 - e) divulgar e apoiar técnica, científica e institucionalmente as ações do Projeto Orla no âmbito do Estado do Pará; e
 - f) elaborar pareceres e relatórios técnicos de acompanhamento e avaliação da execução do Projeto Orla no Estado do Pará.

Parágrafo único. Poderão ser propostas ações perante a Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA, tais como diagnósticos, avaliação de impacto, análise de riscos e vulnerabilidade, planos de mitigação e controle, entre outros.

Seção V Dos Grupos de Trabalho

Art. 12. Poderão ser criados Grupos de Trabalho (GT's), de caráter temporário, por deliberação da Plenária, com o objetivo de acompanhar, analisar e elaborar documentos, bem como relatar assuntos específicos à gestão da zona costeira paraense.

§ 1º Os Grupos de Trabalho serão compostos por titulares ou suplentes do CT-GERCO/PA e, eventualmente, por convidados que poderão colaborar com as atividades da Câmara Técnica, sem direito a voto.

§ 2º Na sua composição, considerar-se-á a natureza técnica do assunto de sua competência, a finalidade dos órgãos ou entidades representadas e a formação técnica ou notória atuação de seus integrantes, em área de interesse dos referidos GT's.

§ 3º Os Grupos de Trabalho terão seu número de integrantes fixados pela Plenária, que estabelecerá suas competências, composição, prazo de instalação e funcionamento, observando o limite mínimo de 4 (quatro) e máximo de 8 (oito) componentes, sendo extintos quando da conclusão dos assuntos a eles submetidos.

Art. 13. Os Grupos de Trabalho elegerão na primeira reunião ordinária do respectivo GT, por maioria simples dos votos, os respectivos Coordenadores e Relatores dentre seus integrantes.

Art. 14. As decisões dos GT's serão tomadas por maioria simples de seus integrantes, cabendo o voto de qualidade ao respectivo Coordenador, em caso de empate.

Art. 15. As reuniões dos GT's serão convocadas por seus respectivos Coordenadores com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

§ 1º Os participantes convidados para as reuniões que não sejam integrantes dos GT's não terão direito a voto, tendo, porém, assegurada a palavra.

§ 2º As Atas das reuniões serão lavradas em livro próprio, aprovadas pelos seus integrantes e assinadas pelo respectivo Coordenador.

§ 3º A ausência não justificada de integrantes dos GT's por 3 (três) reuniões consecutivas, ou por 5 (cinco) alternadas, no decorrer do período de representação, implicará na sua exclusão.

Art. 16. Cabe aos GT's a elaboração de parecer sobre consulta que lhe for encaminhada.

Seção VI Da Secretaria-Executiva

Art. 17. A Secretaria-Executiva compete:

- I - secretariar as reuniões do Comitê;
- II - coordenar e providenciar a execução dos expedientes do Comitê, resultantes das deliberações da Plenária;
- III - executar o plano de trabalho proposto pelo Comitê;
- IV - elaborar as pautas e atas das reuniões do Comitê;
- V - acompanhar os trabalhos da Câmara Técnica e do(s) Grupo(s) de Trabalho, proporcionando-lhes apoio administrativo;
- VI - disponibilizar informações gerais sobre o Comitê;
- VII - manter os integrantes do CT-GERCO/PA informados sobre atualizações no campo de atribuições deste Comitê;
- VIII - assessorar as Coordenações Estaduais do CT-GERCO/PA e do Projeto Orla;
- IX - executar outras tarefas correlatas determinadas pela Plenária ou pelas Coordenações Estaduais do CT-GERCO/PA e do Projeto Orla.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Seção VII Das Reuniões Plenárias

Art. 18. A Plenária do CT-GERCO/PA reunir-se-á por convocação da sua Coordenação Estadual:

I - em sessão ordinária, com periodicidade trimestral, mediante convocação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos e da Ata da reunião anterior;

II - em sessão extraordinária, mediante convocação com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, acompanhada da pauta dos assuntos a serem discutidos;

III - as reuniões da Plenária do CT-GERCO/PA serão realizadas em local a ser determinado pela Coordenação Estadual, no momento da convocação;

IV - as reuniões ordinárias e extraordinárias serão sempre abertas à participação pública, mediante inscrição prévia junto à Secretaria-Executiva; e

V - os participantes convidados para as reuniões da Comissão não terão direito de voto, tendo, porém, assegurada a palavra.

§ 1º As sessões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior e encaminhado aos representantes e seus dirigentes, ou representantes do órgão, instituição ou entidade.

§ 2º No caso de eventual adiamento da sessão ordinária, a nova data deverá ser fixada no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º A convocação da sessão extraordinária poderá se dar, mediante justificativa, a pedido da Coordenação Estadual, ou por, pelo menos, metade dos integrantes do Comitê.

§ 4º De cada reunião da Plenária será lavrada a Ata que será encaminhada a todos os integrantes e posteriormente aprovada, assinada e arquivada em livro próprio.

Art. 19. Após 3 (três) faltas consecutivas, ou 5 (cinco) faltas alternadas da representação, sem justificativa prévia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias no decorrer do período de representação, será submetida à Plenária, pela Coordenação Estadual, a substituição do integrante.

Parágrafo único. A Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA enviará ofício ao dirigente ou representante legal do órgão, instituição ou entidade, solicitando a substituição do membro faltoso dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, após aprovação da Plenária, podendo a instituição ser excluída, caso não haja resposta no prazo estabelecido neste parágrafo.

Art. 20. A condução dos trabalhos das Reuniões Plenárias observará a seguinte ordem:

I - verificação do quórum de maioria simples dos integrantes do CT-GERCO/PA, no horário acordado para início da reunião;

II - com qualquer quórum após 10 (dez) minutos do horário acordado para início da reunião;

III - instalação dos trabalhos pela Coordenação Estadual com leitura da pauta da reunião;

IV - assinatura do livro de presença;

V - informes gerais;

VI - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

VII - apreciação de matéria em regime de urgência, quando aprovada pela Plenária a sua inclusão na pauta;

VIII - discussão e votação dos assuntos constantes da pauta, sendo o quórum necessário para aprovação 50% (cinquenta por cento) mais um dos integrantes da CT-GERCO/PA;

IX - assuntos de ordem gerais não incluídos na pauta; e

X - encerramento dos trabalhos.

Parágrafo único. Anunciado pela Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA o encerramento da discussão, a matéria será submetida à votação.

Art. 21. Caberá à Coordenação Estadual do CT-GERCO/PA, além do voto pessoal, um voto de qualidade, em casos de empate na votação.

Art. 22. Qualquer membro do CT-GERCO/PA poderá, fundamentadamente, solicitar vistas de matéria ainda em análise, pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável uma única vez por igual período.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. As funções exercidas pelos integrantes do CT-GERCO/PA não serão remuneradas, sendo consideradas como relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 24. Para a consecução dos objetivos do CT-GERCO/PA, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.759, de 19 de maio de 2017, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal e Estadual Direta e Indireta, bem como as Organizações Não Governamentais, sem prejuízo de suas atribuições legais e regulamentares, poderão prestar apoio institucional, por meio de informações, suporte material, logístico e de recursos humanos.

Art. 25. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta dos integrantes do CT-GERCO/PA, aprovada por dois terços de seus integrantes.

Art. 26. Os casos omissos neste Regimento Interno serão discutidos e resolvidos em Plenária.

Art. 27. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

D E C R E T O Nº 493, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:
Art. 1º O Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual